

Resenha

Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória.
(COSTA, Caio Túlio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009)

Clara CÂMARA¹

O quarto livro do jornalista e professor Caio Túlio Costa, intitulado “Ética, jornalismo e nova mídia”, foi lançado em 2009, diante de um exercício jornalístico multifacetado pelas novas tecnologias. Por isso, sua proposta de tratar da ética no jornalismo, em um período tão cheio de incertezas sobre a própria profissão, se torna atraente.

Nessa empreitada, o autor agrega o conhecimento adquirido com a sua experiência profissional, tendo trabalhado por 21 anos no Grupo Folha, à embasada teoria que acompanha seu título de doutor em Ciências da Comunicação e professor de ética na Faculdade Cásper Líbero (SP).

O primeiro capítulo, “Percurso”, serve para situar o leitor a respeito do objetivo principal do livro, que é analisar a ética no exercício jornalístico em um mundo permeado pela nova mídia. Dessa forma, torna-se necessário explicar o que constitui essa nova mídia. De acordo com a caracterização do próprio autor, ela é uma ampliação da ideia tradicional de mídia, que abarca as plataformas convencionais de difusão da informação e entretenimento, como televisão, rádio e papel.

As novas mídias, então, trazem novas plataformas que oferecem possibilidades digitais para essa difusão. Isso não significa, no entanto, que as novas mídias não contemplem as antigas plataformas. Pelo contrário, além de agregá-las, o conceito também abrange as suas novas e incrementadas formas de utilização.

Conceituação feita, no segundo capítulo, intitulado “Representação”, o autor começa a desenhar uma caracterização para o próprio jornalismo. O exercício jornalístico, afirma, é uma representação da representação. O jornalista, segundo o autor, recolhe as representações de diferentes partes, ou fontes, para representar um

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba – PPGC/UFPB. E-mail: claraknox@gmail.com

dados acontecimento, ou representação, para terceiros. Nessa tentativa de representação, obviamente, entram também as visões particulares de mundo, as crenças e vivências de cada jornalista. Dessa forma, a representação feita pelo profissional não tem como ser “pura”.

No capítulo terceiro capítulo, chamado “Ambiguidade”, algumas histórias de notáveis pensadores são usadas como exemplo do conflito moral que os jornalistas enfrentam. Após explicar a história de personagens como Antígona, de Sófocles; do filósofo Sócrates; de Hamlet, de Shakespeare, entre outros, o autor os tira de seus contextos para aproximá-los da análise acerca do jornalismo.

De Antígona, por exemplo, surge o dilema entre o bem e o mal, dos testemunhos sobre o julgamento de Sócrates surgem os dilemas entre a verdade e a aparência e entre o permitir ou censurar a liberdade de expressão. Já a história de Hamlet nos indica os dilemas entre fingir e aceitar, planejar ou improvisar, por exemplo. Todas essas questões, esclarece o autor, estão cheias de ambiguidades morais e a escolha pressupõe adentrar o território da ética, para o qual Kant e Weber deixaram valiosas lições.

É com esse gancho, para usar um jargão tipicamente jornalístico, que Caio Túlio Costa nos leva para mais outra proposta de abstração, dessa vez em relação ao pensamento de Kant e de Weber. No capítulo 4, ‘Razão’, é a ética de Kant que abre a discussão sobre a construção de uma ética para a comunicação. Os conceitos de vontade, de liberdade, autonomia e dignidade são apresentados para nortear a discussão.

Em complemento aos ideais de Kant, o autor traz também o pensamento de Max Weber a respeito da vocação e também da ética. A vocação esmiuçada pelo sociólogo alemão é especificamente a política que, como o autor mostra ao longo do capítulo, tem muitas similaridades com a vocação jornalística. Assim como a primeira, a segunda tem três qualidades fundamentais: a paixão, o sentimento de responsabilidade e o senso de proporção, ou a noção de distanciamento. Outras noções importantes para compreender o entrelaçamento prático e ético da política com o jornalismo também são trazidas, como a ética da convicção e a ética da responsabilidade.

Essas reflexões propostas por Weber vão ser contestadas na pós-modernidade, como adianta o autor no final do capítulo. Porém, antes de debater esse ponto, é preciso lidar com a noção de objetividade e espetáculo antes. Por isso, o capítulo 5 é dedicado ao instrumento basilar da comunicação, a linguagem. Recorrendo a Wittgenstein e Bakhtin, o autor explica sobre a importância da linguagem para expor os fatos no

jornalismo e também suas múltiplas facetas, sendo considerada uma ferramenta poderosa que pode espalhar tanto verdades quanto inverdades. Além disso, pontua Túlio Costa, a palavra conserva a ideia de objetividade, que tanto permeia o jornalismo.

E é a objetividade, que titula o sexto capítulo do livro, juntamente com a imparcialidade, que ocupam as discussões em torno da ética neste próximo trecho. Aqui, o autor busca visões opostas sobre esses dois conceitos considerados alicerces do jornalismo. Dessa forma, J. C. Merrill, autor que prega a impossibilidade de aplicação da objetividade no jornalismo, é colocado para dialogar com Gilles Gauthier que, contrariamente, invalida a ideia de que a objetividade não pertence ao exercício jornalístico.

Esse debate de concepções, explica o autor, é fundamental para compreendermos que a discussão em torno da objetividade é essencialmente ética. Ela remonta ao fazer jornalismo, aos traços profissionais de uma atividade, e não apenas às questões idealistas ou teóricas. Pensado como ofício e com os sensacionalistas contornos atuais, o jornalismo, de fato, estaria impossibilitado de ser objetivo.

Para corroborar essa ideia, o autor apresenta, no próximo capítulo, um episódio em que fica claro esse sensacionalismo. Sob o título de “Espetáculo”, Caio Túlio Costa nos leva até a cobertura dos ataques criminosos ocorridos em São Paulo, em 2006. Na época, a mídia noticiou extensamente sobre planos de ataques de membros do PCC, organização criminosa, a lideranças políticas e policiais da capital paulista. O autor tenta responder a pergunta “que valores éticos estavam em jogo para os meios de comunicação?”, lembrando que foram esses meios que alardeavam que a cidade vivia um “toque de recolher”, fato negado pelas autoridades.

Para ajudar na resposta, os conceitos revestidos nas expressões “Indústria cultural” e “Sociedade do espetáculo” são trazidos. Para o autor, essas concepções abordam a ética ao ensinar ao profissional da comunicação a manter um distanciamento crítico em relação ao que faz, como faz e por que o faz.

Diante dessas reflexões, é a vez de analisar a pós-modernidade que, já esclarece o autor, tem o poder de remodelar a sociedade do espetáculo, seja potencializando-a ou dissolvendo-a, de acordo com os distintos pontos de vista. Tendo propiciado uma nova forma de comunicação, a pós-modernidade é o objeto do oitavo capítulo do livro e traz questões atuais sobre o exercício do jornalismo.

Contraditoriamente, um ícone do período moderno, Nicolau Maquiavel, é usado como referência na primeira parte do capítulo. O autor explica: assim como Maquiavel expôs a falta de equilíbrio entre a ética e a política, é possível fazer essa mesma constatação sobre o jornalismo. Transpondo essa reflexão para o pós-modernismo, o autor diz que o fluxo intenso e assimétrico de informações a que somos apresentados diariamente coloca em evidência os diferentes interesses dos meios de comunicações, em esconder ou publicizar determinados fatos. Vivemos, então, um período em que a relativização dita as regras, em relação ao comportamento, à informação e também à ética.

A pós-modernidade nos põe em um mundo de relativismos, sugere o autor. Por isso, o penúltimo capítulo do livro é totalmente dedicado a este tema. Inicialmente, Caio Túlio Costa explica que essa relativização ética feita pelos meios de comunicação sempre foi feita. O que mudou, ao longo dos tempos, foi a transparência e a aceitação em torno da questão.

A relativização da ética jornalística no pós-modernismo é aprofundada com o desenvolvimento das novas mídias. Assim, preocupações antigas se misturam com as que antes não existiam e são colocadas em pauta. Questões como o controle das redes pelos governos, o uso do celular como nova mídia, o crescimento do conteúdo colaborativo nos meios de comunicação, assim como do indivíduo-repórter são apontadas pelo autor como relativizadas nessa nova forma de comunicação.

Por fim, o último capítulo do livro, “Moral provisória”, apresenta algumas considerações do autor a respeito da ética jornalística nesses tempos de nova mídia. A relativização da ética faz com que se pense em uma moral que está longe de ser permanente, que é ajustável, de acordo com as situações e objetivos dos jornalistas. Isso, aponta Costa, mostra que a ética e a antiética estão juntas no jornalismo.

Novos personagens e aparatos surgem e se fortalecem, fazendo com que o jornalista veja seu papel ser relativamente diminuído. Porém, a intenção do autor não é apresentar um código de conduta para esse novo modo de fazer comunicação. Como o mesmo explica, o objetivo do livro é analisar a forma como o jornalismo tem sido praticado, diante de tantas mudanças.

Provocativo, o livro de Caio Túlio Costa corrobora a ideia de que a prática e a teoria jornalística andam, na maioria das vezes, em direções opostas. Mas, nem mesmo quando esse lapso de sintonia acontece, a ética pode ser deixada de lado. As questões

morais e éticas permeiam a atividade jornalística em todo o seu processo, seja ele qual for, em mídia tradicional ou nas novas mídias que se apresentam e devem ser levadas em consideração.

Com uma linguagem clara e objetiva, o autor nos mostra que a questão ética não está isolada, e sim interligada à linguagem, razão e à objetividade, por exemplo. E isso, percebemos, está relacionado às mudanças constantes, tecnológicas ou não, pelas quais o jornalismo atual está passando. Incertezas em torno da continuidade da profissão e desconfiança diante dos novos papéis do jornalista colocam em evidência a fragilidade de uma aplicação engessada e pré-moldada de regras éticas.

Por isso o resgate desse debate, promovido em “Ética, jornalismo e nova mídia”, faz-se tão importante em um período dominado pela liquidez, como o nosso. Afinal, temos novos formatos, plataformas e novos anseios do público para suprir, tudo isso com um referencial defasado de ética. Se o novo profissional pensa que a tendência para o jornalismo é relativizar e repassar a ideia de que tudo é permitido, algo está muito errado e é preciso repensar. Afinal, nenhum ofício consegue se manter envolto em um caos ético e moral. Analisar essas questões diante das mudanças que testemunhamos é um exercício necessário, sempre atual e vital para o jornalismo.